

MATERNIDADE/MATERNANÇA NO ENSINO SUPERIOR: Desafios e potencialidades do cotidiano das mulheres-mães-estudantes do curso de Pedagogia do Campus do Agreste.

Fernanda Tyelle Silva¹

Maria do Carmo Gonçalo Santos²

RESUMO

O presente trabalho busca investigar os desafios cotidianos enfrentados pelas mulheres-mães - estudantes do curso de Pedagogia no Campus do Agreste, com foco na conciliação entre maternidade e vida acadêmica, focado nas alunas da graduação de Pedagogia. O trabalho apoia-se na abordagem qualitativa, a partir das entrevistas narrativas, com mulheres-mães-estudantes do Curso de Pedagogia. A Análise de Conteúdo possibilita a identificação e interpretação dos dados produzidos na pesquisa. A análise sinaliza para as dificuldades enfrentadas pelas mulheres-mães-estudantes, como: a exaustão mental, falta de tempo para os estudos, conflitos emocionais e falta de informação e apoio da instituição de ensino. Neste contexto de desafios surgem as potencialidades mobilizadas pelas mulheres-mães-estudantes, que se organizam em redes de apoio, encontram em si e no coletivo forças para alcançar seus objetivos; como também, libertam-se por meio da educação, visando, sobretudo, a qualidade de vida das suas filhas e filhos. A pesquisa traz consigo a importância de políticas institucionais de gênero: como a flexibilização acadêmica, espaços de acolhimento e suporte adequado para as mulheres-mães-estudantes; assim como, melhores instruções e funcionamento das políticas existentes. Apesar de demonstrarem resistência e determinação, as mulheres-mães-estudantes enfrentam barreiras estruturais e simbólicas que impactam sua permanência e formação. A análise aponta para a necessidade de repensar as práticas e políticas das instituições de ensino superior, incorporando medidas efetivas de acolhimento e suporte à maternança como estratégia para garantir o direito à educação e a equidade de gênero no espaço acadêmico.

Palavras-chave: Maternidade. Ensino superior. Desafios e potencialidades.

ABSTRACT

The presente article seeks to investigate the daily challenges faced by student mothers in the pedagogy program at the Agreste campus, focusing on the Reconciliation between motherhood and academic life, specifically targeting the undergraduate students in pedagogy. The paper is based on a qualitative approach, through narrative interviews with female students of the education course. The content analysis allows the identification and interpretation of the data produced in the research. The analysis indicates the difficulties faced by female students, such as: mental exhaustion, lack of time for studies, emotional conflicts, lack of information and support from the educational institution. In this context of challenges, the potentials mobilized by the students emerge, who organize themselves in support networks, find in themselves and in the collective the strength to achieve their goals; they also liberate themselves through

¹ Estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia – Universidade Federal de Pernambuco CAA – fernanda.tyelle@ufpe.br

² Orientadora: Professora/Doutora do Núcleo de Formação Docente UFPE- CAA, Curso de Pedagogia. Membro da Cátedra Paulo Freire- UFPE- CE.

education, aiming, above all, for the quality of life of their daughters and sons. The research highlights the importance of institutional gender policies such as: academic flexibility, welcoming spaces, and adequate support for student mothers; as well as better instructions and functioning of existing policies. Despite demonstrating resistance and determination, students face structural and symbolic barriers that impact their retention and education. The analysis points to the need to rethink the practices and policies of higher education institutions, incorporating effective measures of support and assistance for motherhood as a strategy to ensure the right to education and gender equity in the academic space.

Key-words: Maternity. Higher education. Challenges and potentials.

1. ROTEIRO E RAZÕES DA VIAGEM

O ingresso no ensino superior representa, para muitas mulheres, a realização de um importante projeto de vida. No entanto, para aquelas que são mães, essa conquista vem acompanhada de desafios adicionais, especialmente quando precisam conciliar as exigências acadêmicas com a maternidade e, em muitos casos, com o trabalho. É apontado por diversos autores em pesquisas que as mulheres ainda passam por dificuldades em suas formações superiores (Louro, 1997; Souza; Fonseca, 2010; Miranda, 2011). Por isso, constitui-se em uma discussão de gênero, nas perspectivas dialogais e plurais (Beauvoir, 1980; Scott, 1995, 1998; Matos, 2008).

A maternidade e a educação constituem pilares essenciais para a formação e o desenvolvimento da sociedade, estando profundamente interligadas. Enquanto a maternidade envolve o cuidado, a socialização e a transmissão de valores nos primeiros anos de vida, a educação amplia esse processo, oferecendo saberes para o exercício da cidadania, da autonomia e da participação social. Essa relação é complexa porque reflete tanto os papéis culturalmente atribuídos às mulheres quanto os desafios enfrentados para que a maternidade seja reconhecida como parte legítima e integrada das trajetórias acadêmicas e profissionais. Assim, compreender a maternidade no contexto educacional é essencial para discutir políticas que assegurem não apenas o direito das mulheres à educação, mas também à construção de espaços mais inclusivos, através de políticas e práticas comprometidas com as relações de gênero.

No contexto do ensino superior, a conciliação entre a maternidade e os estudos apresenta desafios, como: sobrecarga de funções, falta de políticas institucionais de apoio, preconceito e julgamentos sociais, dificuldade de participação em atividades extracurriculares e os impactos emocionais. Destacamos também as potencialidades que atravessam a trajetória

acadêmica de muitas mulheres, especialmente na área da Pedagogia, um curso historicamente feminizado (Louro, 1997; Santos, 2017). As mulheres enfrentam barreiras institucionais, econômicas e culturais que interferem em seu desempenho acadêmico e em sua permanência na universidade (Correia, 2024), o autor ainda pontua que:

[...] acreditamos que a dupla jornada de trabalho, que configura a junção de afazeres domésticos e trabalho laboral, esteja associada a possíveis prejuízos no desempenho acadêmico das mulheres. Essa suposição fundamenta-se na compreensão de que a sobrecarga resultante da combinação de responsabilidades profissionais e domésticas pode comprometer a capacidade das mulheres de se dedicarem integralmente às exigências acadêmicas. Adicionalmente, acredita-se que, à medida que aumentam as tarefas e demandas enfrentadas, a percepção sobre seu próprio desempenho acadêmico pode ser afetada negativamente (p. 5).

A autora traz um ponto central no debate sobre maternidade e ensino superior: a dupla jornada de trabalho que combina afazeres domésticos, cuidado com os filhos e, em muitos casos, o trabalho remunerado, onde impacta diretamente a trajetória acadêmica das mulheres. Ela aponta para algo que já é evidenciado: a sobrecarga não é apenas uma questão de tempo, mas também emocional e cognitiva, afetando a disposição, a concentração e até mesmo a autopercepção dessas mulheres enquanto estudantes.

Estudos apontam que, para muitas mães, a necessidade de conciliar responsabilidades maternas com exigências acadêmicas leva a altos índices de evasão e dificuldades emocionais (Santana; Benevento, 2013). Entretanto, a presença da maternidade na formação superior também revela potencialidades importantes. A vivência materna pode fortalecer habilidades de organização, resiliência e empatia, aspectos fundamentais para a atuação pedagógica (Da Rosa, 2018). Além disso, algumas universidades têm implementado iniciativas para apoiar essas mulheres, como creches universitárias e horários flexíveis, embora ainda existam lacunas na efetivação dessas políticas (Teixera, 2010).

Diante deste contexto, buscamos analisar os desafios e potencialidades enfrentados pelas mulheres-mães-estudantes do curso de Pedagogia do Campus do Agreste na relação entre maternidade e formação, a partir das suas narrativas

A intenção pessoal vem das inquietações ao longo do percurso acadêmico, como mãe e estudante, enfrentando os desafios diários para permanecer de forma qualitativa no curso. Além disso, atenta e sensível à percepção de outras situações semelhantes que envolviam colegas estudantes da Pedagogia. Ao perceber o quanto a conciliação entre maternidade e vida acadêmica pode ser desafiadora, especialmente em um ambiente que, muitas vezes, não oferece

suporte adequado, surge a vontade de investigar, compreender e, principalmente, dar voz a essas mulheres. Nessa imersão me percebi numa viagem que começou antes mesmo de iniciar seu trajeto como narra Santos (2016):

[...] difícil é precisar o ano ou a década, pois muitas das inquietações e questões aqui presentes acompanharam a constituição da existência da pesquisadora, da feita identitária/identificadora do ser mulher. Assim como uma viagem que começa desde quando temos o desejo por conhecer determinado lugar e não apenas quando, literalmente, iniciamos seu trajeto, a construção deste objeto de pesquisa também é tecida com os fios da nossa existência e vivências de registros da infância e da adolescência (p. 23).

A pesquisa, portanto, reflete uma preocupação com a construção de uma universidade mais inclusiva e sensível às necessidades de suas discentes mães, o que pode ser um estímulo pessoal para realizar um trabalho que tenha impacto tanto na vida acadêmica quanto na vida prática dessas mulheres.

O presente trabalho busca saber quais são os principais desafios e potencialidades cotidianas enfrentadas pelas mães do curso de Pedagogia no Campus do Agreste? Para tanto, buscamos compreender os desafios e potencialidades cotidianas, enfrentadas pelas mulheres-mães-estudantes do Curso de Pedagogia no Campus do Agreste, a partir de suas narrativas. Com isso, identificar as práticas institucionais acerca da maternidade no ensino superior; analisar estratégias de enfrentamento adotadas pelas mães para permanência na Universidade; e ainda, compreender os principais desafios em conciliar a maternidade com os estudos.

A motivação social para a escolha desse tema está diretamente relacionada à necessidade de visibilizar e discutir os desafios enfrentados pelas mulheres no ensino superior, especialmente aquelas que assumem a função de mãe. No Brasil, há uma crescente luta por equidade de gênero nas instituições de ensino, mas pouco se fala sobre as dificuldades específicas das mães, que precisam conciliar maternidade, estudos e, em muitos casos, trabalho. Esse estudo busca sensibilizar a sociedade e a universidade sobre a importância de criar ambientes mais inclusivos e oferecer suporte adequado para essas mulheres, garantindo que possam ter um percurso acadêmico integral, que as acolham e possam tornar sua formação possível. A maternidade não deve ser um obstáculo ao desenvolvimento pessoal e profissional, e essa pesquisa visa contribuir para essa reflexão social.

Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa aborda um tema ainda pouco explorado, especialmente em contextos regionais como o do campus do Agreste. O curso de Pedagogia, por exemplo, possui uma grande quantidade de alunas, muitas das quais são mães. Esse cenário

propicia uma oportunidade de contribuir com estudos sobre a interseção entre gênero, educação e maternidade. A universidade tem o papel de produzir conhecimento que ajude a transformar a realidade, e essa pesquisa poderá fornecer dados valiosos para que as universidades, em especial aquelas situadas em áreas mais afastadas dos grandes centros, repensem suas políticas de permanência e inclusão para mulheres-mães-estudantes. Assim, espera-se que o estudo contribua com novas perspectivas teóricas e práticas sobre a maternidade no ambiente universitário.

Através da pesquisa no repositório digital da UFPE/CAA³, nos últimos cinco anos (2019-2024), há trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), que debatem sobre gênero e maternidade, mostrando a relevância do tema para a academia, especialmente, para o campo de gênero. Nossa curiosidade em saber se as e os estudantes, do Curso de Pedagogia, se interessam em pesquisar sobre uma realidade que atravessa a vida das mulheres na trajetória acadêmica.

Isso fortalece e enriquece os estudos dentro desse campo, levando-nos a perceber que as pesquisas a respeito dessa temática estão ganhando cada vez mais forças e, que por muitas vezes, as mulheres-mães-estudantes se percebem na temática, ampliando a discussão. Três desses TCCs se aproximam do nosso objeto de estudo, eles possuem as seguintes temáticas: “As Construções Sociais Sobre O Gênero Feminino E Sua Relação Com A Maternidade Compulsória”, (Lemos, 2022); “A Conciliação Entre Maternidade-Estudo-Trabalho: Reflexões Sobre Os Desafios Enfrentados Pelas Mães Discentes No Contexto Universitário”, (Lucena, 2023); “O PODER DE PERSISTÊNCIA DE MULHERES-MÃES E UNIVERSITÁRIAS NO CURSAR PEDAGOGIA NA UFPE- CAA: como flores de cacto em meio à seca a desabrochar”, (Assunção, 2021).

O estudo exploratório pelo repositório digital, nos possibilitou mergulhar em trabalhos que abraçam nosso objeto de pesquisa, mostrando que essa inquietação é um coletivo que movimenta a educação superior, especialmente, o Curso de Pedagogia, pois esses estudos estão firmados nesse *locus*, tendo em vista a feminização e feminilização do magistério (SANTOS,

³ Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/62026> Acesso em: 08 de julho de 2025

2017). As demandas objetivas e subjetivas para as mulheres professoras no percurso da formação evidenciam a importância das discussões sobre gênero e maternidade, numa perspectiva interseccional, atravessadas por dinâmicas de raça, classe e geração.

A relevância deste estudo reside na necessidade de ampliar o debate sobre maternidade no ensino superior, promovendo discussões que subsidiem políticas e práticas mais adequadas às nossas realidades. Ao explorar as narrativas e vivências das mães acadêmicas, espera-se contribuir para a reflexão sobre formas de apoio e permanência, incentivando a equidade de gênero e a valorização da diversidade nas universidades brasileiras.

O trabalho discute, inicialmente, uma contextualização do processo histórico dos movimentos feministas, trazendo dados que vão embasar a discussão de gênero e compreender os desafios e conquistas feministas. Adiante prosseguimos com a discussão sobre o espaço tempo da mulher/mãe na sociedade, onde traçamos uma linha temporal articulada à discussão anterior, tratando dos papéis ao quais as mulheres são patriarcalmente situadas, demarcando como a mulher é condicionada pela sociedade e pelos padrões ligados ao cuidado. As determinações sociais às mulheres são tratadas também, no sentido da resistência das mulheres-mães-estudantes no campo da educação, apresentando as dificuldades de conciliação das várias jornadas e funções vivenciadas por essas mulheres.

Adiante dialogamos sobre a maternidade e ensino superior, apresentando como historicamente a mulher é negligenciada quando se trata, principalmente, da educação, e como isso se perpetua até hoje e interfere em todos os campos de sua vida, colocando por muitas vezes a mulher ainda como sujeito destinado à lógica apenas do cuidado materno e do lar.

Diante disso refletimos sobre os conceitos de maternidade e de maternança, apontando a relação e, ao mesmo tempo, distinção entre uma definição relacionada a dispositivos de controle do corpo feminino, que segue uma lógica compulsória, fundada em construção social que estabelece um padrão biológico da maternidade. Na contracorrente, a maternança que busca evidenciar e desconstruir essa lógica naturalista, mostrando as diversas potencialidades de cuidados com crianças, para além da determinação biológica.

Seguimos para a construção metodológica, através da abordagem qualitativa, com dados produzidos por meio de entrevistas narrativas e analisados à luz da Análise de Conteúdo. O trabalho apresenta os desafios cotidianos enfrentados pelas mulheres-mães-estudantes a falta de uma política de gênero na Instituição, que favoreça a permanência com qualidade; como

também, as formas de resistência dessas mulheres-mães-estudantes, as redes de apoio construídas por elas na trajetória acadêmica e da maternança, evidenciando as potencialidades produzidas nesse percurso.

2. VOZES QUE ECOAM COMO RESISTÊNCIA

Compreender a condição da mulher na sociedade exige um mergulho profundo nas raízes históricas dos movimentos feministas, cujas lutas emergem como forças contra hegemônicas que desafiam séculos de opressão e silenciamento. O feminismo, enquanto prática política e campo epistemológico, não se desenvolve de forma homogênea ou linear. Ao contrário, ele se constitui por meio de múltiplas vozes, experiências e contradições, que variam conforme os contextos históricos, culturais, raciais e de classe. É neste cenário que se delineia uma trajetória complexa, marcada por conquistas, rupturas e reinvenções.

Segundo Hooks (2019), o feminismo precisa ser compreendido como “um movimento para acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão” (p. 33), e não apenas como um discurso centrado na experiência das mulheres brancas, de classe média; por isso, a perspectiva interseccional. A autora denuncia as lacunas de um feminismo que, ao longo do tempo, ignorou as interseccionalidades que atravessam a vida das mulheres negras, pobres, lésbicas e periféricas. A crítica de Hooks é fundamental para desestabilizar uma visão única e universalista do feminismo, reafirmando a necessidade de um olhar plural, transversal e inclusivo sobre a luta das mulheres.

O feminismo moderno, tal como conhecido hoje, inicia seu percurso ainda no século XIX, com a chamada primeira onda, marcada pelas reivindicações por direitos civis e políticos, especialmente, o sufrágio feminino. Oliveira e Silvino (2018, p. 5) afirmam que:

Desde o século XVIII, no processo da Revolução Francesa as mulheres viram uma possibilidade de se organizarem coletivamente na luta a dominação masculina. Com diferentes formas de vivências e experiências, as mobilizações começaram em torno da reivindicação de igualdade, dando início a ação militante feminista. É graças a essas conquistas, que vem ocorrendo uma transformação na vida das mulheres. Dessa forma, surge o movimento social feminista.

A segunda onda, nas décadas de 1960 e 1970, ampliou o escopo das discussões para o corpo, a sexualidade, o trabalho e os direitos reprodutivos. É nesse contexto que ganham força os debates sobre a divisão sexual do trabalho e o mito do amor materno, conforme discutido por Badinter (1985), que aponta a maternidade como uma construção histórica e ideológica, não como uma essência natural da mulher. Segundo Andrade (2011, p. 103-104):

Com o surgimento da segunda fase do feminismo é possível compreender o que motivou as/os feministas na luta contra o “sexismo” de base biológica. O movimento da ciência em busca de explicações biológicas para as diferenças entre homens e mulheres através da genética molecular e da sociobiologia direcionou o movimento feminista a um processo de luta contra a percepção essencialista de tais diferenças, agora geneticamente e evolutivamente naturalizados.

A fala anterior dialoga diretamente com a discussão, pois evidencia como a segunda onda do feminismo buscou desconstruir as justificativas biologizantes que sustentavam a desigualdade de gênero. Ao questionar a naturalização das diferenças entre homens e mulheres, o movimento feminista ampliou a compreensão de que essas distinções são construções sociais e políticas, e não meramente biológicas. Nessa perspectiva é fundamental para refletir sobre a maternidade no ensino superior, pois desvela como a função materna foi historicamente usada para limitar o acesso das mulheres a espaços acadêmicos e profissionais, reforçando papéis tradicionais que precisam ser ressignificados no contexto contemporâneo.

Lemos (2022), diz que:

Hipoteticamente formulavam teorias conceituadas nas distinções sexuais entre o feminino e o masculino, que levavam ao masculino sempre a vantagem, e o feminino a uma submissão. Por exemplo, nas distinções físicas era considerado que a mulher teria uma força corporal inferior ao homem, ou cognitivas, medindo a inteligência do feminino e masculino pelo tamanho do crânio. Deste jeito, iniciavam-se os discursos ideológicos, rotulando a imagem feminina, e a concebendo como inferior. Por essa razão, o biológico era visto pelo movimento feminista da segunda onda, como ponto de partida para a opressão feminina. Pois, além de naturalizar o feminino ao biológico, este tornava a posição do feminino inferior. (p. 5)

Essa reflexão é essencial para compreender o contexto das mães universitárias, pois mostra que a maternidade, assim como outros papéis atribuídos ao feminino, foi capturada por narrativas que naturalizam a subordinação. Ao evidenciar que características biológicas foram utilizadas para legitimar desigualdades cognitivas e sociais, a autora revela como tais discursos ideológicos construíram e reforçaram a imagem feminina como inferior é a partir desses e outros diálogos que compreendemos a urgência de políticas que desconstruam esses padrões opressores e que reforcem a autonomia e a permanência das mulheres nos espaços acadêmicos.

No Brasil, o movimento feminista também passou por fases distintas, tendo como marco o ativismo das mulheres durante a ditadura militar (1964–1985), onde a luta pelos direitos humanos se entrelaçou com a demanda por igualdade de gênero. Louro (1997) contribui de forma decisiva para pensar o gênero não como uma categoria biológica, mas como uma construção cultural, performática e histórica. Para Louro, “as identidades de gênero são

forjadas no interior das relações sociais e das práticas discursivas, o que significa dizer que não são fixas ou naturais, mas contingentes e mutáveis” (Louro, 1997, p. 25).

Tal afirmação é central para compreender que as identidades de gênero não decorrem de uma essência biológica, mas são construções históricas e culturais, produzidas e reproduzidas por meio das relações sociais e dos discursos que circulam na sociedade. Ao destacar que essas identidades são contingentes e mutáveis, Louro (1997) rompe com a ideia de gênero como algo fixo e natural, reforçando que ele é resultado de processos dinâmicos, atravessados por poder e resistências.

A terceira onda feminista, que se consolida nos anos 1990, traz consigo uma crítica contundente à universalização da experiência feminina. É nesse momento que as epistemologias feministas negras, decoloniais e lésbicas conquistam espaço nos debates acadêmicos e políticos. A valorização das subjetividades e a denúncia das múltiplas opressões, como racismo, classismo, lesbofobia e transfobia, passam a constituir o centro das discussões. A esse respeito, Akotirene (2018), ao tratar da interseccionalidade a partir da perspectiva de mulheres negras brasileiras, afirma que “não basta ser mulher; é preciso considerar as complexas camadas de opressão que se articulam na experiência de ser mulher negra, periférica e pobre” (p. 18).

Segundo Scavone (2001):

As contradições inerentes ao processo de industrialização e a forma como as mulheres ingressaram no mercado de trabalho, marcadas por profundas desigualdades sociais e sexuais, revelam os impactos desse processo na mudança dos padrões da maternidade. (leia-se também como trabalho no lar), instaurou-se a lógica da dupla responsabilidade (p. 49).

Mesmo com a ascensão da mulher ao mercado de trabalho no processo industrialização, onde não eliminou as desigualdades de gênero, instalou novas formas de sobrecarga, que surge a “lógica da dupla responsabilidade”, revelando que mesmo ocupando outros espaços produtivos, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com os filhos. No contexto da academia isso se intensifica, pois surgem as múltiplas jornadas, que impactam diretamente todas as suas relações, desempenho e sua saúde física e emocional.

Lemos (2022), através do seu olhar, traz construções significativas a respeito da construção histórica sobre o movimento feminista e ainda contribui sobre essa perspectiva de gênero e diversidade, ainda na terceira onda do feminismo, quando pontua que:

Ao nos ancorar sob essa perspectiva, percebemos que as produções, significações acerca do gênero nas relações entre os sujeitos se dão de maneira distinta, logo as interpretações acerca do mesmo se dão além da naturalização, a partir do que os sujeitos vão construindo. Pelo viés dessas transformações perpassadas pelo gênero, é por essas mudanças sofridas por este, que a configuração do gênero passa a ser pensada fora de uma padronização. E a partir das ressignificações acerca do que foi construído, como os sujeitos se percebem, relacionam-se. Também, as influências de uma série de elementos étnicos, culturais, religiosos etc. (Lemos, 2001, p. 8).

Essa perspectiva nos obriga a romper com a ideia de um feminismo hegemônico e a reconhecer o protagonismo de diversas outras formas de resistência, historicamente marginalizadas. O feminismo negro, por exemplo, emerge como um grito político de mulheres que sempre estiveram à margem das decisões centrais, mas nunca deixaram de lutar. Suas demandas envolvem, entre outras pautas, o direito ao afeto, ao estudo, à maternidade digna e ao trabalho com reconhecimento.

Nesse mesmo viés, Angela Davis (2016) ressalta que o feminismo deve ser antirracista e anticapitalista para que se mantenha coerente com os princípios de emancipação. A autora aponta que “as lutas feministas só ganham legitimidade quando reconhecem a centralidade do racismo e do capitalismo na opressão das mulheres” (Davis, 2016, p. 47), denunciando que a lógica neoliberal também instrumentaliza o discurso da igualdade de gênero, esvaziando seu potencial transformador.

A lógica neoliberal, ao mesmo tempo em que afirma defender a igualdade de gênero, instrumentaliza esse discurso, transformando-o em uma retórica voltada para a produtividade e a manutenção do sistema capitalista, esvaziando seu potencial crítico e transformador. Essa perspectiva articulada à Federici (2017), que discute como o capitalismo historicamente se apropriou do corpo e do trabalho das mulheres para sustentar sua estrutura, sobretudo por meio do controle da reprodução social e da naturalização das funções de cuidado. Para a autora, a igualdade pregada pelo neoliberalismo não visa emancipar as mulheres de fato, mas sim integrá-las a um sistema que continua explorando seu tempo, seus corpos e sua força de trabalho de maneira invisível e não remunerada.

Assim, a "igualdade de oportunidades" difundida pelo neoliberalismo esconde que as condições estruturais de desigualdade permanecem intocadas: as mulheres, especialmente as

mães, continuam sobrecarregadas com jornadas múltiplas, tendo que provar constantemente sua competência nos espaços acadêmicos e profissionais, ao mesmo tempo em que mantêm as responsabilidades domésticas e de cuidado. Desse modo, o que deveria ser um discurso de transformação social se converte em um mecanismo de adaptação, onde a emancipação feminina é reduzida à capacidade de conciliar, de maneira quase sobre-humana, todas as demandas impostas por um sistema que permanece patriarcal em sua essência (Federici, 2017).

Portanto, ao revisitar o percurso histórico dos movimentos feministas, percebe-se que suas conquistas não foram dadas, mas conquistadas a partir da organização coletiva, da articulação política e do enfrentamento ao poder instituído. Esse legado, longe de estar encerrado, continua sendo construído cotidianamente por mulheres que desafiam as opressões estruturais, que ocupam espaços acadêmicos, políticos e comunitários e que insistem em narrar suas próprias histórias.

O reconhecimento dessa trajetória plural é fundamental para compreender as múltiplas realidades das mulheres contemporâneas, em especial das mulheres-mães universitárias. Elas trazem consigo não apenas os desafios de conciliar maternidade, trabalho e estudo, mas também a força de uma tradição feminista que resiste, se reinventa e propõe novas formas de existência. Entender o feminismo, portanto, é também reconhecer que ele pulsa nas vivências cotidianas, nos corpos que cuidam, aprendem e se fazem presentes, mesmo nos espaços que historicamente lhes foram negados.

3. TRAJETÓRIA DE DESAFIOS: A CONDIÇÃO DA MULHER E MÃE NA SOCIEDADE

A condição de ser mulher e mãe na sociedade brasileira contemporânea é atravessada por uma série de construções históricas e sociais que delimitam papéis, espaços e funções femininas, subordinados às estruturas patriarcais e capitalistas. Historicamente, o lugar reservado às mulheres esteve vinculado ao espaço doméstico, às funções de cuidado e à maternidade, sendo raramente reconhecido como trabalho ou exercício de cidadania. Essa realidade resulta de um processo longo de naturalização da desigualdade entre os gêneros, sustentado por normas culturais, religiosas e institucionais que reforçam o ideal da mulher como ser dócil, cuidador e abnegado (Louro, 1997; Scott, 1995).

Verificamos que apesar dos avanços no papel da mulher na sociedade, ainda assim, percebe-se que a maioria deles enfrentam dificuldades ao tentar conciliar a vida acadêmica com a maternidade, muitas até pensam em desistir do curso. Sendo assim, compreendemos também que as famílias dessas mães/universitárias ainda estão presas em um conceito patriarcal e preconceituoso que a mulher ao ter filhos não pode estudar, apenas tem que ficar em casa cuidando das tarefas domésticas (DA SILVA, 2020, p.11)

Essa socialização de gênero se inicia desde os primeiros anos de vida, com práticas que reforçam expectativas distintas para meninas e meninos, moldando-os de acordo com padrões historicamente consolidados. Nesse sentido, Silva, Nunes, Sousa e Silva, (2023) aponta que tais construções simbólicas “limitam as escolhas e trajetórias das mulheres, inserindo-as em um ciclo de responsabilidades naturalizadas que invisibilizam seu direito à autonomia e ao desenvolvimento pleno” (Silva; Nunes; Sousa; Silva, 2023, p. 17). Essa diferenciação, aparentemente inofensiva, fundamenta uma lógica sexista que delimita desde cedo o que se espera de cada gênero: à mulher, o cuidado com o lar; ao homem, a conquista do espaço público e produtivo.

Santos (2016) analisa, como o magistério historicamente reforçou a divisão entre trabalho doméstico e espaço público, sobretudo ao naturalizar a figura feminina como cuidadora. Essa lógica reproduz a ideia de que o lar é o lugar legítimo da mulher, enquanto o homem ocupa o espaço produtivo e público, consolidando desigualdades simbólicas e institucionais e ainda como o currículo de formação docente reproduz práticas sociais de gênero, destacando que a figura da professora é fortemente associada ao cuidado, à afetividade e ao universo doméstico.

Essa construção simbólica se traduz, na vida adulta, em desafios estruturais para as mulheres, sobretudo para aquelas que se tornam mães. A maternidade, embora amplamente exaltada como uma experiência sublime e natural, é, na prática, acompanhada de múltiplas exigências e sobrecargas. Ribeiro (2017) denuncia como a mulher-mãe é constantemente coagida, orientada e fiscalizada a adotar condutas específicas, que muitas vezes implicam o silenciamento de suas subjetividades e desejos em nome do “cuidado materno”. Essa pressão social é sustentada por uma moral conservadora que associa o valor da mulher à sua capacidade de renúncia e entrega ao outro, especialmente aos filhos. Lucena (2023), nos traz construções relevantes sobre essa discussão, quando se discute sobre o que se espera das mulheres na sociedade. Segundo ela:

A maternidade não deve ser vista como um obstáculo para o desenvolvimento profissional e acadêmico, exigindo da mulher um grande esforço e fazendo com que

elas sintam que ao priorizar seu lado profissional, estão de certa forma, em falta com seus filhos, ou até mesmo sendo negligentes, a sociedade muitas vezes impõe expectativas irreais e contraditórias às mulheres, criando um cenário no qual se espera que elas desempenhem um papel de destaque tanto na carreira quanto na criação dos filhos (Lucena, 2023, p. 5).

Essa lógica se intensifica em uma sociedade que, mesmo avançando em termos de representatividade feminina em espaços institucionais, ainda não desconstruiu os alicerces do patriarcado. A mulher-mãe é, frequentemente, responsabilizada de maneira isolada pela criação dos filhos, enfrentando jornadas duplas ou triplas de trabalho, profissional, doméstico e de cuidado. Segundo Hirata e Kergoat (2007), essa sobrecarga é reflexo da divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres tarefas reprodutivas e afetivas, enquanto os homens se concentram nas funções produtivas e públicas. A isso se soma a precariedade das políticas públicas voltadas ao cuidado, o que torna o cotidiano das mães ainda mais extenuante.

No campo da educação, essas desigualdades se reproduzem de forma contundente. Mulheres que ingressam no ensino superior e são também mães vivenciam desafios cotidianos de conciliação entre o desempenho acadêmico e as responsabilidades familiares. Silva, Nunes, Sousa, Silva (2023) destacam que “a ausência de políticas específicas voltadas às estudantes mães evidencia um descaso histórico com suas necessidades de permanência, colocando-as em situação de constante vulnerabilidade e risco de evasão” (Silva; Nunes; Sousa; Silva, 2023, p. 29). Nesse cenário, muitas dessas mulheres enfrentam não apenas a sobrecarga material, mas também o julgamento moral e a invisibilidade institucional, pois a universidade, enquanto espaço historicamente pensado a partir da lógica masculina, raramente contempla a maternidade como uma dimensão legítima da trajetória acadêmica.

No contexto universitário, essas tensões se reproduzem de maneira contundente. Conforme ressaltam Silva, Nunes, Sousa, Silva, (2023), as mulheres-mães-estudantes enfrentam múltiplos obstáculos que vão “desde a ausência de políticas institucionais específicas, passando pelo preconceito velado, até a responsabilização integral pelos cuidados com os filhos, que dificulta sua permanência no ensino superior” (p. 28). Esse quadro reflete o que Hooks (2020) problematiza como a intersecção entre gênero, classe e maternidade, evidenciando que as mulheres-mães-estudantes, sobretudo aquelas de contextos populares, carregam de forma mais intensa o peso das desigualdades estruturais.

Federici (2017) oferece uma importante contribuição para compreender essa realidade ao problematizar o trabalho reprodutivo como pilar do sistema capitalista. Para a autora, o

cuidado com a vida, com os filhos, com a casa, com os vínculos foi apropriado historicamente como obrigação feminina, sem que houvesse qualquer forma de reconhecimento ou remuneração. Nesse contexto, o corpo e o tempo das mulheres se tornam instrumentos do capital, sendo explorados de forma invisível. Isso implica dizer que a maternidade, longe de ser apenas uma escolha ou experiência íntima, é também uma função socialmente determinada, atravessada por relações de poder, desigualdade e resistência.

É nesse cenário que se faz urgente repensar a maternidade como uma experiência plural, que assume diferentes formas e significados conforme o contexto social, econômico e cultural. A mulher não pode mais ser reduzida a um ideal normativo de mãe perfeita, tampouco pode continuar sendo responsabilizada sozinha pelo cuidado da prole. A maternidade deve ser compreendida como uma experiência coletiva, que demanda políticas públicas, suporte institucional e, sobretudo, reconhecimento social.

No Brasil, apesar dos avanços legislativos e do aumento da presença feminina nas universidades, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir a equidade de gênero no campo acadêmico. A trajetória das mães universitárias revela obstáculos cotidianos que vão desde a ausência de creches, passando por horários inflexíveis e preconceitos implícitos, até a exclusão simbólica de espaços de decisão. Contudo, essas mulheres também constroem estratégias de resistência, redes de apoio e afirmam sua presença como agentes de transformação social (Silva; Nunes; Sousa; Silva, 2023).

Assim, refletir sobre o ser mulher e mãe na sociedade brasileira é reconhecer a urgência de desconstruir estigmas e construir novas possibilidades de existência. É admitir que a equidade de gênero só será possível quando as responsabilidades parentais forem compartilhadas, quando as mulheres deixarem de ser punidas por exercerem a maternidade e quando forem reconhecidas como sujeitos plenos de direitos, desejos e potências.

Nesse contexto, torna-se imprescindível ampliar o debate para além do espaço doméstico e das relações familiares, alcançando instituições que historicamente reproduzem desigualdades de gênero, como a universidade. Se por um lado o ensino superior representa, para muitas mulheres, a possibilidade concreta de emancipação social, econômica e intelectual, por outro, ainda carrega marcas de uma estrutura excludente que pouco considera as especificidades da maternidade. Assim, surge a necessidade de problematizar: existe, de fato, diálogo entre maternidade e ensino superior? Essa questão nos convida a refletir sobre como

as mulheres-mães transitam nesses espaços, quais barreiras enfrentam e de que modo constroem estratégias de permanência, resistência e afirmação de seus direitos em um ambiente ainda marcado por lógicas patriarcais e produtivistas.

4. PAUSA PARA REFLEXÃO: EXISTE DIÁLOGO ENTRE MATERNIDADE E ENSINO SUPERIOR?

O ingresso no ensino superior representa, para muitas mulheres, especialmente aquelas que são mães, a realização de um sonho historicamente negligenciado por estruturas sociais e institucionais marcadas pela disparidade de gênero. Em uma sociedade que, ao longo do tempo, relegou às mulheres a esfera doméstica, o espaço acadêmico surge como um território de resistência e busca por emancipação pessoal, profissional e intelectual.

A perspectiva de gênero nos possibilitou abordar a maternidade em suas múltiplas facetas. Ela pôde ser abordada tanto como símbolo de um ideal de realização feminina, como também, símbolo da opressão das mulheres, ou símbolo de poder das mulheres, e assim por diante, evidenciando as inúmeras possibilidades de interpretação do mesmo símbolo. [...] um símbolo construído histórico, cultural e politicamente resultado das relações de poder e dominação de um sexo sobre o outro. Esta abordagem contribuiu para a compreensão da maternidade no contexto cada vez mais complexo das sociedades contemporâneas (Scavone, 2001, p. 132-143).

Contudo, essa conquista ocorre em um cenário ainda atravessado por heranças patriarcais que definem a maternidade como uma função natural e exclusiva da mulher. Como analisa Federici (2017, p. 133), a maternidade foi historicamente “reconfigurada como obrigação natural das mulheres, eliminando qualquer ideia de autonomia corporal”, o que evidencia como a sobrecarga enfrentada pelas mulheres-mães-estudantes não é apenas fruto de uma organização social desigual, mas também de uma estrutura acadêmica que falha em reconhecer e acolher essa realidade.

A ideia de que a mulher deve se restringir às tarefas domésticas e abrir mão dos estudos ainda permeia a mentalidade de muitas famílias. Essa mentalidade patriarcal e preconceituosa não apenas impõe barreiras às mães/universitárias, mas também afeta sua autoestima e autoconfiança. Ao se depararem com a pressão social e familiar para abandonar seus estudos em prol das responsabilidades domésticas, essas mulheres são confrontadas com um dilema angustiante. Elas se veem obrigadas a tomar decisões difíceis e muitas vezes se sentem desencorajadas, subestimando suas próprias capacidades de conciliar maternidade e vida acadêmica, por isso é importante ter uma rede de apoio nesse momento para perpassar essas crenças limitantes, com colaboração e empoderamento mútuo (Lucena, 2023, p.7).

Nas universidades, as mães se deparam com a ausência de políticas públicas de permanência, como creches, flexibilização de horários e suporte emocional, o que reforça a lógica de exclusão de quem não se enquadra no modelo idealizado de estudante “sem outras

obrigações”. Isso revela o quanto a universidade ainda é um espaço formatado para sujeitos que não acumulam funções reprodutivas ou de cuidado.

Federici (2017, p. 102) argumenta que a redefinição do corpo feminino como instrumento de produção foi essencial para consolidar uma nova ordem patriarcal, tal estrutura compromete o desenvolvimento das mulheres, sobretudo das mães, que enfrentam uma dupla ou tripla jornada, lidando com a cobrança acadêmica e as responsabilidades domésticas e maternas. Ainda segundo a autora, “o trabalho das mulheres nos lares foi essencial para a acumulação capitalista, mas permaneceu invisível e desvalorizado” (Federici, 2017, p. 77). Essa lógica se reproduz no ambiente universitário, onde a maternidade é muitas vezes invisibilizada ou tratada como obstáculo, e não como parte da complexa realidade das discentes.

Embora o cenário atual ainda revele desigualdades, não se pode ignorar os avanços conquistados no campo da educação. A IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995), o Fórum Mundial de Educação (2000) e as Metas do Milênio (2000) enfatizam a necessidade de eliminação das discriminações contra as mulheres em todos os âmbitos da vida, sobretudo na educação, a fim de garantir maior autonomia e *status* às mulheres, promovendo seu empoderamento (Beltrão, 2016, p. 2). Esses compromissos demonstram que, para se alcançar uma sociedade mais justa, é fundamental garantir o acesso e a permanência das mulheres, com qualidade, a partir de políticas públicas, práticas pedagógicas e de formação profissional.

Como também o avanço com a Lei nº 14.986/24, sancionada em 25 de setembro de 2024, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir a obrigatoriedade de abordar as experiências e perspectivas femininas nos currículos do ensino fundamental e médio, além de instituir a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História nas escolas de educação básica do país. Tal medida representa um avanço simbólico e prático ao reconhecer a importância de incluir as narrativas femininas na formação educacional, ao mesmo tempo em que provoca reflexões sobre a presença e a permanência das mulheres, especialmente as mães, nos espaços acadêmicos. Ao inserir essas perspectivas desde a educação básica, a legislação contribui para desconstruir estigmas históricos e reforça a necessidade de um diálogo efetivo entre gênero, maternidade e educação em todos os níveis de ensino, incluindo o superior.

No entanto, Gomes (2020, p. 22) observa que “a estrutura e a forma de organização da carreira acadêmica continuam a limitar a ascensão profissional das mulheres nesse contexto, especialmente quando estas são mães”. Para essas mulheres, conciliar maternidade e carreira acadêmica torna-se um processo muitas vezes conflituoso, embora ambos os projetos de ser mãe e ser acadêmica não devessem ser excludentes. A autora acrescenta ainda que, em uma sociedade que responsabiliza quase exclusivamente às mulheres pelos cuidados com os filhos, as mães acadêmicas vivem um desafio que transcende as exigências institucionais: “[...] existe uma cobrança da própria universidade por bons rendimentos acadêmicos e existe um peso do que é ser mãe, ancorado nas projeções e expectativas que a nossa sociedade lança sobre a maternidade” (Gomes, 2020, p. 43).

Gomes (2020) sintetiza um ponto crucial da discussão sobre a maternidade no ensino superior: a sobreposição de exigências conflitantes que recaem sobre as mulheres que conciliam o papel de mãe e de estudante. O “peso do que é ser mãe”, ancorado em expectativas sociais historicamente construídas. Assim somos levados a refletir sobre políticas institucionais que desfaçam essa lógica punitiva, transformando a universidade em um espaço verdadeiramente inclusivo para as mulheres-mães-estudantes.

Apesar das dificuldades, essas mulheres resistem. Criam redes de apoio, solidariedade e estratégias de enfrentamento que garantem sua permanência e fortalecem suas trajetórias. Como afirma Federici (2017, p. 180), “mesmo em meio à violência e à dominação, as mulheres resistiram e criaram redes de solidariedade que foram fundamentais para sua sobrevivência”. Essa resistência também se manifesta dentro da universidade, quando mães se unem, compartilham experiências, cuidam umas das outras e reivindicam condições mais justas para concluir seus cursos.

Ainda entendemos a importância da implementação de políticas de permanência e garantia das já existentes, como pontua Assunção (2021):

Neste sentido tão importante quanto garantir o acesso, através de investimento na educação desde a base, é o investimento na permanência para que esta se concretize no meio acadêmico. Destaca-se a importância do investimento em políticas públicas de acesso e permanência que atendam as demandas específicas das mulheres que são ou se tornam mães no decorrer da trajetória acadêmica (p. 21).

A fala de Assunção (2021) evidencia que garantir apenas o acesso ao ensino superior não é suficiente para promover a inclusão efetiva das mulheres-mães. É necessário investir também em políticas públicas que assegurem sua permanência, contemplando suas demandas

específicas, como apoio institucional, flexibilização de horários e condições que permitam conciliar maternidade e vida acadêmica. Sem isso, ser mãe e estar dentro da universidade tornará essa jornada sufocante e desestimulante.

Como também contribui Paula (2009):

O acesso ao ensino superior deve vir acompanhado de medidas efetivas que garantem a permanência dos estudantes nas universidades. Isso requer investimento considerável em assistência estudantil e depende do fortalecimento da educação pública em todos os níveis, fundamental, médio e superior[...] (p. 19).

Portanto, embora o ensino superior devesse funcionar como instrumento de inclusão e transformação social, ele ainda carrega barreiras que dificultam a equidade de gênero. É urgente que as instituições assumam seu papel político na construção de um ambiente acadêmico que acolha, reconheça e respeite a maternidade como parte legítima da experiência universitária. Como destaca Federici (2017), para que haja emancipação real, é necessário romper com as estruturas que naturalizam a subordinação feminina e transformá-las em espaços de autonomia, reconhecimento e justiça.

5. COMPREENSÕES NO TRAJETO: MATERNIDADE E MATERNANÇA SÃO A MESMA COISA?

A construção social da maternidade é permeada, geralmente, por narrativas idealizadas que atribuem à mulher um papel naturalizado, fundado numa determinação biológica, que, geralmente, desconsidera formas diversas de experienciar a maternidade; além disso, atribui à mulher uma imagem de cuidadora sempre disponível e abnegada. No entanto, essa perspectiva ignora a diversidade de experiências maternas e impõe padrões inatingíveis que geram culpa, frustração e sofrimento. É nesse contexto que surge a noção de maternança, como forma de provocar a reflexão acerca da dimensão construída da maternidade.

A maternança, portanto, é tratada como a capacidade de sujeitos humanos lidarem com a dimensão do trabalho e do cuidado de crianças, enquanto processo histórico-cultural que pode (e precisa) ser partilhado por todos e todas (Santos, 2004).

Louro (1997) destaca que a naturalização da maternidade está diretamente relacionada aos dispositivos de controle sobre o corpo feminino, reforçando a lógica patriarcal que vincula “ser mulher” a “ser mãe”. A maternança, ao contrário, propõe abrir espaço para que as mulheres expressem suas vivências de forma autêntica, rompendo com o silenciamento, diante do

discurso construído sobre narrativas romantizadas de ser mulher e mãe, imposto pelos discursos normativos, e reconstruindo condições sociais a partir de suas realidades e desejos.

A partir de Santos (2017) trouxemos reflexões que se aproximam do conceito de maternança ao reconhecer que a maternidade pode ser ressignificada como prática política e emancipatória. Se, por um lado, a sociedade impõe à mãe um papel, por outro, a maternança reivindica o direito de construir formas plurais de exercer o cuidado, sem renunciar à autonomia e da subjetividade. Ocupar e transformar espaços marcados pelo gênero é um ato político, ele se relaciona às mães que, ao desafiarem os padrões normativos, constroem novas possibilidades de vivenciar a maternidade, a formação e a carreira profissional.

No contexto universitário, essa tensão entre maternidade idealizada e maternança vivida é ainda mais evidente. Muitas mães acadêmicas enfrentam julgamentos tanto dentro quanto fora da universidade: são cobradas por não se dedicarem integralmente aos filhos, mas também, por não “estarem” suficientemente engajadas na vida acadêmica. A sociedade ainda espera que a maternidade “não interfira” na produtividade da mulher, reforçando a ideia de que as filhas e os filhos são um obstáculo ao sucesso profissional ou educacional.

A Universidade também segue uma lógica (re)produtivista, através de demandas, prazos e metas e as mulheres-mães-estudantes sentem-se cobradas por dividirem seus espaços e tempo entre cuidados com a maternança, com os estudos e produções acadêmicas. Dessa forma, parecem estar em desvantagem diante das mulheres que não vivenciam a maternança; e mais ainda, frente aos estudantes homens, que nem chegam a ser provocados por tal discussão e realidade.

Dessa forma, a maternança não apenas rompe com a idealização da mãe perfeita, mas também politiza a experiência materna, tornando-a um campo de disputa por reconhecimento, autonomia e justiça social.

6. O MAPA DO PERCURSO: ABORDAGEM, CAMPO, SUJEITOS E PROCEDIMENTOS

A presente pesquisa se insere no campo da abordagem qualitativa, que, segundo Minayo (2012), é a mais apropriada para compreender fenômenos complexos do ponto de vista dos sujeitos que os vivenciam. Trata-se de uma perspectiva investigativa que não busca quantificar dados, mas sim interpretar significados, compreendendo a realidade como um conjunto de

relações construídas historicamente, influenciadas por aspectos culturais, sociais e subjetivos. Essa abordagem mostra-se especialmente pertinente ao investigar as vivências de mães universitárias, uma vez que as experiências de maternidade no ensino superior são atravessadas por múltiplas dimensões, como pessoais, sociais, institucionais e emocionais, que não podem ser reduzidas a dados numéricos.

O Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, inaugurado em 2006 como parte do processo de interiorização da universidade, é referência na expansão do ensino superior no interior do estado. “O Curso de Licenciatura em Pedagogia no CAA, na modalidade noturna, caracteriza-se pela forte feminização” Santos (2025). Dados apontam que, no Campus do Agreste, a maior parte de estudantes de graduação é composta por mulheres matriculadas em cursos diversos, mas vamos destacar o

Tabela 4 - Distribuição de Gênero do curso de Pedagogia do *campus* Caruaru

PERÍODO LETIVO	MULHERES	% MULHERES	HOMENS	% HOMENS
2013.1	21	95,45%	01	4,55%
2013.2	08	80,00%	02	20,00%
2014.1	20	87,00%	03	13,00%
2014.2	25	83,33%	05	16,67%
2015.1	06	85,71%	01	14,29%
2015.2	41	93,18%	03	6,82%
2016.1	02	100,00%	00	0,00%
2016.2	31	79,49%	08	20,51%
2017.1	18	94,74%	01	5,26%
2017.2	27	79,41%	07	20,59%
2018.1	17	85,00%	03	15,00%
2018.2	32	86,49%	05	13,51%
2019.1	33	89,19%	04	10,81%
2019.2	17	85,00%	03	15,00%
2020.1	23	71,88%	09	28,12%
2020.2	13	86,67%	02	13,33%
2021.1	27	84,38%	05	15,63%
2021.2	15	75,00%	05	25,00%
2022.1	11	73,33%	04	26,67%
2022.2	26	92,86%	02	7,14%
2023.1	29	90,63%	03	9,38%
2023.2	16	100,00%	00	0,00%

curso de Pedagogia.

Fonte: Santos (2025)

Com base nos dados ofertados pela autora, podemos observar a distribuição de gênero no curso de pedagogia do CAA, revelando a predominância feminina e refletindo essa tendência sociocultural do magistério, já destacada por Santos (2017). Santos (2025) acrescenta que: “Historicamente, as profissões ligadas ao ensino, especialmente nos níveis de educação infantil e fundamental, são vistas como uma extensão dos papéis tradicionais de cuidado

atribuídos às mulheres” (p.86). E mais uma vez perpassam pela lógica do cuidado materno associado ao ensino. Diante disso a escolha do campo de pesquisa se deu a partir das vivências e inquietações tragas ao longo da jornada acadêmica, diante de todos os desafios e potencialidades que emergiram nesse mesmo espaço, trazendo o desejo por compreender e ressignificar outras trajetórias.

Ao observar os dados podemos ver como os números reforçam a lógica de que Pedagogia é um curso majoritariamente feminino, Santos (2025) acrescenta que:

Essa persistência pode ser explicada, em parte, pela falta de representatividade masculina nas fases iniciais da formação educacional, meninos na educação básica raramente veem homens em papéis de ensino durante suas primeiras experiências escolares. Apesar de observarmos alguns avanços e iniciativas para diversificar a formação docente, os números demonstram que a presença masculina na Pedagogia ainda é limitada (p.86).

Assim, observa-se a baixa representatividade masculina no ambiente escolar desde as etapas iniciais da educação básica. A ausência de professores homens nas primeiras experiências educacionais contribui para naturalizar a percepção de que o magistério especialmente na educação infantil e nos anos iniciais é um espaço predominantemente feminino. Essa realidade dialoga com o que Santos (2017) identifica como uma herança histórica, que associa à docência ao prolongamento das funções de cuidado atribuídas às mulheres, reforçando os papéis tradicionais de gênero.

A Assistência Estudantil do Campus do Agreste a Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis - PROAES basicamente está ligada a auxílios financeiros, acesso ao Restaurante Universitário, quando se trata a assistência voltada às mulheres-mães-estudantes o Centro têm o auxílio creche e pré-escolar para mulheres-mães-estudantes bolsistas com filhos até 5 anos e 11 meses de idade, esse auxílio é ligado ao auxílio estudantil, que são regidos pela Política Nacional de Assistência Estudantil - Pnaes, regidos pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (Brasil, 2010), como também, o acompanhamento especial que pode ser solicitado por essas mulheres-mães-estudantes. o *Campus* também conta com o projeto de extensão Maternagem, Mídia e Infância - MMI, que discute ações para pessoas no processo de maternagem que é ligado ao grupo de trabalho que trata sobre Parentalidade (UFPE, 2025).

O público participante da pesquisa é composto por discentes regularmente matriculadas no Curso de Pedagogia do *Campus* do Agreste, entre o 4º e o 9º período, mulheres-mães-estudantes que conciliam maternidade e trajetória acadêmica. Essa delimitação buscou

contemplar discentes que já possuem maior inserção no curso, vivenciando de forma mais intensa os desafios de lidar com as demandas acadêmicas e as responsabilidades maternas, possibilitando uma análise mais consistente das dificuldades e estratégias construídas nesse contexto.

O perfil das mulheres-mães-estudantes, sujeitos da pesquisa, pode ser visto no quadro abaixo:

Estudante A	Estudante B	Estudante C
Idade: 25 anos	Idade: 25 anos	Idade: 24 anos
Quantidade de filhos: 01 Idade: 2 anos	Quantidade de filhos: 01 Idade: 6 anos	Quantidade de filhos: 01 Idade: 1 ano
Trabalha: Sim Função: Atendente de farmácia Carga horária: 6h diárias – das 8h às 14h.	Trabalha: Sim Função: Garçonete Carga horária: 8h diárias de sexta a domingo - das 9h às 17h.	Trabalha: Sim Função: Auxiliar de sala de aula Carga horária: 6h diárias - das 7h30 às 12h.
Período: 9º período	Período: 4º período	Período: 8º período

Considerando a especificidade do tema e a necessidade de escutar com profundidade essas experiências, optou-se pela entrevista narrativa como técnica de produção dos dados. Segundo Jovchelovitch e Bauer (2002) a entrevista narrativa é uma forma de investigação que permite que o(a) participante seja o protagonista da própria história, narrando suas experiências de forma espontânea, cronológica e reflexiva, com mínima intervenção da pesquisadora.

A entrevista narrativa parte do pressuposto de que as pessoas atribuem sentido às suas vivências por meio da linguagem e da narrativa. Ao contar suas histórias, os sujeitos revelam não apenas fatos, mas também percepções, afetos, valores e estratégias de resistência diante das situações vividas. Como apontam Clandinin e Connelly (2000), as narrativas são

expressões significativas da experiência humana e permitem acessar uma compreensão mais profunda dos contextos sociais e educacionais em que os sujeitos estão inseridos.

Durante a entrevista, a pesquisadora assume o papel de ouvinte ativa, oferecendo um espaço de escuta acolhedora e respeitosa, permitindo que a pessoa entrevistada conduza o rumo da narrativa conforme seus próprios critérios e interesses. O roteiro da entrevista é composto por questões norteadoras, que servem de estímulo inicial, mas sem rigidez ou ordem pré-determinada, respeitando o ritmo e a lógica da fala de cada participante. As entrevistas foram realizadas de forma remota, com o uso da plataforma digital *Google Meet*, respeitando as condições de disponibilidade das participantes. O material foi transcrito e armazenado com os devidos cuidados éticos das informações.

Para o tratamento e análise dos dados obtidos, foi utilizada análise de conteúdo, conforme Bardin (2011). Esta técnica se caracteriza pela categorização e interpretação das mensagens comunicadas nas entrevistas, buscando evidenciar regularidades, significados implícitos e estruturas simbólicas presentes nas falas das participantes.

A escolha pela entrevista narrativa e pela análise de conteúdo se justifica pela natureza sensível do objeto de estudo. As narrativas das mulheres-mães-estudantes carregam marcas de subjetividade, dor, superação e resistência, e exigem uma escuta qualificada e uma análise que vá além da superficialidade. A partir desse caminho metodológico, espera-se revelar os sentidos atribuídos por essas mulheres à experiência de ser mãe e estudante, bem como, compreender os mecanismos de enfrentamento e as lacunas institucionais que atravessam essa jornada.

Dessa forma, a metodologia aqui adotada visa não apenas alcançar os objetivos da pesquisa, mas também contribuir para o fortalecimento de práticas acadêmicas e políticas educacionais mais justas e sensíveis à diversidade dos sujeitos universitários. A escuta das narrativas dessas mulheres é um gesto político e epistemológico que busca valorizar suas vozes, reconhecer seus saberes e ampliar o debate sobre permanência, maternidade e equidade no ensino superior.

6.1.AS NARRATIVAS DAS MULHERES-MÃES-ESTUDANTES

A intenção em investigar os desafios cotidianos enfrentados pelas mulheres-mães-estudantes do curso de Pedagogia no Campus do Agreste, com foco na conciliação entre

maternidade e vida acadêmica, através da análise das narrativas das participantes da pesquisa, possibilitou identificar um conjunto de desafios enfrentados por mães universitárias. As entrevistas narrativas realizadas com as mães universitárias evidenciam uma realidade marcada por tensões entre o desejo de ascensão acadêmica e as demandas impostas pela cultura da maternidade e demandas da maternança.

As falas revelam que a conciliação entre a função de mãe e o de estudante implica enfrentar uma dupla ou tripla jornada, frequentemente atravessada por sentimento de culpa, sobrecarga emocional e insegurança quanto ao próprio desempenho acadêmico. Esse quadro reflete o que Hooks (2019) identifica como um dos efeitos mais perversos do patriarcado: a responsabilização quase exclusiva das mulheres pelas tarefas de cuidado, o que as submete a processos contínuos de exaustão e limitação de suas possibilidades de crescimento pessoal e profissional.

Quadro 1 – Principais desafios enfrentados pelas mães universitárias

Desafios	Estudante A	Estudante B	Estudante C
Sobrecarga emocional e física	<p>“Me sinto triste pela perda de tempo com meu filho”;</p> <p>“A universidade interfere nas relações”;</p> <p>“Me sinto sufocada, fracassada...”.</p>	<p>“Não tenho as mesmas 24h de quem não é mãe”;</p> <p>“Cansativo”;</p> <p>“Ser mãe é um obstáculo na faculdade e pensar nisso me traz culpa”;</p> <p>“Precisar de uma rede de apoio ainda mais extensa, devido ao tempo que a faculdade exige de mim, e o tanto de coisa”.</p>	<p>“Difícil conciliar a gravidez com a faculdade, devido aos enjoos”;</p> <p>“não queria ficar grávida naquele momento”</p> <p>“Reprovação quando ainda estava gestante”.</p>

Ausência de políticas de permanência	<p>“Não tinha conhecimento nenhum em relação a assistência que a universidade tem para as mães”;</p> <p>“Me senti sem instrução por parte dos docentes e quando procurei a assistência social as informações foram bem diferentes do que esperava”.</p>	<p>“A faculdade não se importa se você é mãe”;</p> <p>“Nunca tive conhecimento do apoio institucional”;</p> <p>“Tem que dar um jeito”.</p>	<p>“Só fiquei sabendo do acompanhamento especial através de uma colega que já era mãe”;</p> <p>“Até hoje não sei o que a faculdade oferece de apoio às mães ou gestantes”;</p> <p>“Não tive assistência da faculdade, nem informações corretas”.</p> <p>“Perdi um período e fiquei desblocada”</p>
Culpabilização social	<p>“A pressão social é constante”;</p> <p>“Questionamentos sobre o tempo que ainda estou na universidade”;</p> <p>“Estar desblocada por conta da maternidade é ainda pior”.</p>	<p>“Não tenho tempo para meu filho”;</p> <p>“Dualidade de viver a academia ou a infância do meu filho”.</p>	<p>“Falta de tempo para dar conta de tudo”;</p> <p>“Já pensei em desistir diversas vezes, até antes mesmo de estar grávida”;</p>

Isolamento e invisibilidade	<p>“Não tenho vida”;</p> <p>“Minha jornada começa às 5h e finaliza praticamente 00h”;</p> <p>“Ser mãe deixa você invisível”;</p> <p>“Ninguém enxerga suas particularidades”.</p>	<p>“Vida social, só na faculdade”</p> <p>“Não tenho tempo nem para viver a infância do meu filho”.</p>	<p>“Quase impossível dar conta de tudo, trabalho, minha filha e tudo da faculdade”;</p> <p>“Sempre fica uma lacuna, perdemos de um lado ou de outro”.</p>
-----------------------------	--	--	---

As entrevistas revelam que a maternidade no contexto universitário carrega um conjunto de desafios que atravessam dimensões emocionais, acadêmicas e sociais. A sobrecarga emocional e física aparece como marca constante nas narrativas, seja pela sensação de “perda de tempo com o filho”, pela dificuldade em conciliar estudos e gestação, ou pelo sentimento de sufocamento e fracasso. Essas falas evidenciam o que teóricos e teóricas apontam sobre a dupla ou tripla jornada enfrentada por mulheres-mães-estudantes, nas quais a exigência acadêmica soma-se às responsabilidades do cuidado, gerando desgaste e impacto direto no desempenho e na permanência, como já mencionado por Lucena (2023).

Além dos desafios mencionados, é preciso reconhecer que as mulheres que são mães muitas vezes enfrentam estigmas e julgamentos ligados ao patriarcado e ao sexismo, sendo apontadas como menos dedicadas aos estudos ou menos comprometidas com suas carreiras acadêmicas. Na trajetória dessas mulheres-mães-estudantes vemos, portanto, um teto de vidro (Steil, 1997), como uma barreira quase intransponível, que dificulta um maior investimento e dedicação à formação e profissão, deixando-as em situação de desvantagem, em relação aos colegas homens ou às colegas que não desenvolvem a maternança ainda.

A ausência de políticas de permanência direcionadas especificamente às mulheres-mães-estudantes também se mostrou um fator agravante, como pontuou Assunção (2021). A falta de informações claras sobre os direitos e apoios institucionais disponíveis reforça a sensação de desamparo e a necessidade de recorrer a redes informais para obter orientações.

Esse cenário confirma o que já foi discutido anteriormente: a estrutura universitária, muitas vezes, não está preparada para acolher as especificidades da maternança, o que reproduz desigualdades e acentua barreiras para a conclusão do curso. Retomando Assunção (2021), voltamos a enfatizar a importância de não só garantir o acesso, mas também a permanência das mulheres-mães-estudantes, tornando o trajeto mais leve.

Portanto,

Percebe-se assim que a assistência estudantil se apresenta como direito dos universitários que se encaixam nos perfis a serem contemplados e destes fazem parte principalmente e duplamente as mulheres-mães. Enfatiza-se a necessidade de investimento financeiro e o acompanhamento por parte da universidade para garantir a efetivação desta política concomitantemente as consequências positivas como a formação plena destas mulheres que se farão presentes em diversos segmentos e poderão aplicar tais conhecimentos adquiridos em suas atuações pessoais, sociais e profissionais (Assunção, 2021, p. 23).

Outro ponto recorrente é a culpabilização social, que aparece nas cobranças externas e nos julgamentos sobre o tempo de conclusão da graduação. Essa dimensão subjetiva e social revela como a maternidade ainda é enquadrada por estigmas, colocando sobre a mulher a responsabilidade exclusiva de equilibrar várias funções, definidas culturalmente como “papeis sociais”, sem considerar as condições estruturais que limitam suas possibilidades. Tal percepção dialoga com as discussões já trazidas no trabalho sobre a permanência de lógicas patriarcais, que naturalizam a sobrecarga feminina.

Articulado a essas questões que percebemos a ausência do cuidado de si, em meios a tantos cuidados coletivos e responsabilidades cronometradas. Assim,

Dentre outras coisas, a questão da saúde, aqui entendida enquanto cuidado de si, aponta a necessidade de tempo para reflexão, o que no contexto onde as demandas somadas e requeridas constantemente em prazos concomitantes levam a hesitação e aos dilemas em relação ao tempo disponível para responder a essas vertentes, e por assim, a culpa é um fator resultante que acompanha as Mulheres-Estudantes-Mães, pois sempre estão de frente a uma escolha, o que pressupõe o deixar algo de lado para corresponder a pelo menos um dos aspectos solicitados: - Filho e casa, universidade, saúde, ou trabalho? – (Moura, 2023, p.21).

Por fim, o isolamento e a invisibilidade emergem como experiências que atravessam o cotidiano dessas mulheres-mães-estudantes. Relatos sobre jornadas exaustivas e a sensação de “não ter vida” ou de não ter suas particularidades reconhecidas mostram como a maternança no espaço acadêmico pode ser solitária e pouco legitimada. Nesse sentido, a fala das entrevistadas reafirma a necessidade de práticas institucionais que não apenas reconheçam, mas

também integrem as demandas de cuidados com a maternança como parte legítima do percurso universitário.

Em síntese, as narrativas das mulheres-mães-estudantes e os referenciais teóricos já discutidos ao longo deste trabalho convergem para a compreensão de que a permanência universitária de mães não se limita ao acesso, mas demanda políticas de apoio efetivas, sensibilidade institucional para a permanência com qualidade. Além disso, provoca reflexão sobre a desconstrução do patriarcado estrutural e institucional; também a desconstrução de padrões sociais que responsabilizam, individualmente, a mulher, mãe e estudante pelos desafios enfrentados nesse percurso. Essa realidade aponta para a necessidade de rever as políticas de assistência estudantil para mulheres-mães-estudantes, pois dizem respeito também à dimensão coletiva e estrutural, enquanto Instituição.

Junto aos desafios, a pesquisa aponta para as estratégias de resistência das mulheres, mães universitárias, evidenciando a força do coletivo e articulação entre elas. Para além de romantizar uma imagem heroica das mulheres, suas narrativas mostram que há uma sororidade entre as mulheres-mães-estudantes, que rompe com a ideia de revanchismo entre nós, contribuindo para a realização de conquistas e denunciando o patriarcado estrutural.

Quadro 2 – Estratégias de resistência das mães universitárias

Apesar dos desafios, as narrativas revelam estratégias de resistência, como a construção de redes de apoio entre colegas, familiares e, em alguns casos, professores e professoras sensíveis à causa. Esse aspecto demonstra que, mesmo em contextos adversos, as mães universitárias mobilizam recursos subjetivos e coletivos para permanecer na academia. Lucena (2023) reforça que essas redes de solidariedade são fundamentais para reduzir o impacto das desigualdades estruturais que atravessam a vida dessas mulheres. Assunção (2021) complementa ao destacar que a construção de espaços de escuta e acolhimento dentro das universidades pode ser um caminho potente para transformar a maternidade, saindo de uma condição de obstáculo para uma experiência reconhecida e legitimada no ambiente acadêmico.

Estratégias	Estudante A	Estudante B	Estudante C

<p>Redes de apoio (família, amigos)</p>	<p>“Tive uma grande rede de apoio ao voltar para a universidade: o pai do bebê, avós paternos e maternos e minha irmã”;</p> <p>“Meus colegas de turma foram essenciais”.</p>	<p>“Rede de apoio para ir à faculdade”;</p> <p>“Minha família e meu marido”.</p>	<p>“Tenho uma grande rede de apoio, desde o meu marido, a família dele e a minha família”;</p> <p>“O apoio de alguns professores e professoras salvam”;</p> <p>“O apoio dos meus colegas”.</p>
<p>Cooperação entre colegas</p>	<p>“Muitas vezes eles que faziam as atividades por mim”;</p> <p>“Me salvaram de reprovar outro período”;</p> <p>“Me colocavam nos grupos dos seminários e me ajudavam a estudar”.</p>	<p>“Nunca precisei diretamente de ajuda dos colegas, mas sinto que qualquer justificativa sendo pelo cuidado com os filhos, seriam inválidas para os professores”</p>	<p>“Os colegas sempre dão uma força”;</p>

Diálogo com professores e professoras	“Com alguns docentes o diálogo era difícil, mas fui salva por alguns em especial uma, que não me fez desistir”;	“Alguns professores e professoras, são mais sensíveis”.	“Alguns sempre compreensíveis, outros nem tanto”.
Ressignificação da maternidade/maternança	<p>“A realização de uma mãe através da educação”;</p> <p>“Vencer pelo cansaço”;</p> <p>“Vencer pelo meu filho, para dar o melhor para ele”;</p> <p>“Com toda certeza me orgulho de mim”.</p>	<p>“Continuar no curso já é uma conquista”;</p> <p>“Sou uma guerreira, estou conseguindo, estou chegando”;</p> <p>“Fazendo meu melhor dentro do que eu posso”;</p> <p>“Estou me formando em uma profissional mais humana, com senso crítico”;</p> <p>“Pensar no futuro não me fez desistir”;</p> <p>“Pensar no meu filho”.</p>	<p>“Hoje já não penso como antes”;</p> <p>“Isso me impulsionou a terminar a faculdade”;</p> <p>“Melhoria de vida para minha filha, por isso contínuo”;</p> <p>“Meu maior orgulho é não ter desistido”.</p>

As estratégias de resistência adotadas pelas mães universitárias revelam não apenas mecanismos de enfrentamento individual, mas também formas de construção coletiva de apoio, reafirmando a importância das redes de apoio também no contexto acadêmico. É diante disso que compreendemos a importância das redes de apoio, como articulado por Lucena (2023) são

elas que ajudam a passar por essas crenças limitantes e que desenvolvem um empoderamento mútuo.

Ainda alinhado à fala anterior, percebemos que as participantes/estudantes ressaltam o papel crucial de familiares, amigos, colegas de turma e, em alguns casos, docentes. Tais redes não apenas auxiliam na logística do cuidado e das demandas acadêmicas, mas também fornecem suporte emocional, funcionando como um alicerce que mitiga os efeitos da sobrecarga.

As narrativas apontam mudanças nas relações com os pais das crianças, os companheiros, tendo em vista que são situados na rede de apoio. Entretanto, percebemos que a responsabilidade com a maternança está centrada nas mulheres. Isso nos leva a pensar que as estruturas patriarcais passam por transformações, mesmo que discretas.

Federici (2017) nos ajuda a pensar na importância do coletivo, do apoio mútuo que existia em configurações mais comunitárias, que podemos traduzir hoje em redes de apoio. Com o avanço do capitalismo, em sua lógica competitiva e individualizada, as funções sociais foram sendo demarcadas e atribuídas às mulheres a maternidade compulsória, o cuidado e trabalho doméstico. Em meio a esse processo histórico compreendemos a importância e o impacto das redes de apoio nos diversos contextos, especialmente para mulheres que conciliam maternidade e ensino superior. Assim, a permanência e o êxito acadêmico dessas mulheres-mães-estudantes não se dão apenas por esforço individual, mas também por uma reconstrução contemporânea de laços de cuidado e cooperação que resistem à lógica de isolamento imposta pelo sistema.

A cooperação entre colegas emerge como estratégia significativa, demonstrando que a permanência acadêmica das mães não se constrói de forma isolada, mas por meio de redes. O diálogo com professores e professoras aparece como ferramenta estratégica, embora marcado por experiências desiguais: enquanto algumas mães encontraram abertura e empatia, outras se depararam com barreiras e incompreensões.

Por fim, a resignificação da maternidade se destaca como processo simbólico e afetivo que transforma a experiência acadêmica. As falas evidenciam que a maternidade, apesar das dificuldades, também atua como força propulsora, motivando a conclusão do curso e a busca por melhores condições de vida para os filhos. Nesse sentido, podemos retomar a Hooks (2016) que traz a maternidade como um fator de empoderamento para as mulheres, assim

ressignificando a trajetória acadêmica e servindo de base e estímulo para a concretização do curso.

Como trata Louro (1977) sobre o poder da mulher em resistir e se reinventar dentro dos espaços que ocupam. Assim, as estratégias relatadas demonstram que a resistência das mães universitárias vai além da superação individual, configurando-se como práticas sociais e coletivas que desafiam, adaptam e transformam o espaço acadêmico.

A partir das narrativas, percebemos que a maternidade universitária não pode ser compreendida apenas como uma dimensão privada, mas como um fenômeno social e político, atravessado por relações de poder que regulam e controlam o corpo feminino. Louro (1997) já alertava que a maternidade foi historicamente utilizada como dispositivo de normatização da mulher, vinculando sua identidade ao espaço doméstico e ao cuidado, o que ainda hoje repercute na vivência dessas mães no ensino superior. Essa compreensão dialoga com Federici (2017), para quem o trabalho reprodutivo, que inclui os cuidados com os filhos, é apropriado pelo sistema capitalista como obrigação feminina, permanecendo invisibilizado e desvalorizado, sem reconhecimento social ou institucional.

No contexto universitário, a ausência de políticas de permanência voltadas especificamente para mulheres-mães-estudantes foi recorrente nas falas, reforçando um sentimento de invisibilidade institucional. Essa constatação converge com a análise de Lemos (2022), que discute como a academia é estruturada historicamente a partir de uma lógica masculina, ainda carece de mecanismos que contemplem as especificidades de grupos subalternizados, entre eles, as mães. Tal ausência impacta diretamente a permanência e o desempenho acadêmico dessas mulheres, que, como relataram as entrevistadas, precisam constantemente negociar tempo, energia e recursos emocionais para dar conta de múltiplas exigências.

Outro aspecto relevante identificado foi a culpabilização materna diante da impossibilidade de corresponder plenamente às demandas sociais da maternidade e às exigências acadêmicas. Correia (2024) aponta que a maternidade, ao ser idealizada como experiência plena, gera um padrão inatingível que aprisiona as mulheres em sentimentos de insuficiência. Esse ideal normativo colide com a realidade narrada pelas entrevistadas, que mencionaram situações de isolamento e julgamentos por parte de familiares, colegas e até professores. Esse cenário ecoa a crítica de Davis (2016), ao afirmar que o enfrentamento do

racismo e do sexismo no cotidiano das mulheres, especialmente as negras e pobres, torna-se ainda mais complexo quando elas precisam conciliar a sobrevivência econômica, o cuidado com os filhos e a busca por educação formal.

Os resultados indicam, portanto, que as narrativas das participantes não são relatos individuais, mas expressões de um contexto mais amplo, de uma estrutura patriarcal e sexista que intersecciona as dimensões de gênero, classe, raça e geração. Isso exige, como defende Hooks (2019), uma abordagem interseccional capaz de compreender as múltiplas opressões que atravessam as nossas histórias e construir estratégias efetivas de transformação institucional.

7. NARRATIVAS SOBRE A MATERNANÇA NA UNIVERSIDADE: MEU MAIOR ORGULHO É NÃO TER DESISTIDO!

Ao longo deste trabalho, buscou-se compreender, através das narrativas das mulheres-mães-estudantes, a trajetória acadêmica de mulheres que conciliam a maternidade com a formação no curso de Pedagogia do Campus do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE-CAA). A investigação revelou que essa jornada, embora permeada por conquistas e superações, ainda é atravessada por múltiplos desafios estruturais, culturais e institucionais que impactam diretamente a permanência e o desempenho destes mulheres-mães-estudantes.

O contexto da interiorização universitária, no qual o CAA se insere, foi pensado justamente para democratizar o acesso ao ensino superior e promover o desenvolvimento regional. Contudo, o acesso, por si só, não garante a permanência com qualidade e realizações dos desejos. As realidades das mães universitárias evidenciam a necessidade de uma rede de apoio mais sólida, principalmente, institucionalmente que ultrapasse ações pontuais e se configure como política permanente, com medidas concretas que atendam às especificidades dessa população, especialmente, em ações voltadas para as demandas de gênero e parentalidade.

Outro ponto que emergiu com força foi a discussão sobre a composição de gênero no curso de Pedagogia, marcado por uma predominância feminina histórica, o que evidencia a resistência das mulheres em estudar e se libertar por meio da educação (SANTOS, 2004).

A baixa representatividade masculina, ainda observada mesmo com avanços tímidos, revela que a profissão docente, sobretudo, na educação infantil e anos iniciais, continua a ser socialmente atribuída às mulheres, ligando-as à dimensão do cuidado. Esse cenário, somado às responsabilidades domésticas e maternas que recaem desproporcionalmente sobre as mulheres, agrava a sobrecarga e evidencia como a desigualdade de gênero atravessa não apenas o acesso, mas também a vivência acadêmica e profissional. Essa realidade demanda a presença das discussões de gênero no currículo da formação (Santos, 2017); bem como, políticas e práticas voltadas para gênero na Universidade.

As vozes das participantes mostraram que a persistência destas mulheres não se dá por acaso. Trata-se de um esforço diário, sustentado pela resistência, pela busca de um futuro melhor para si e para os filhos, e pela crença no poder transformador da educação. No entanto, essa resistência não deve ser romantizada: ela é também um sinal da insuficiência das políticas públicas e institucionais para criar condições reais de igualdade.

Conclui-se, portanto, que a garantia de acesso e permanência de mulheres-mães na Universidade, com qualidade social, requer um olhar integrado, que envolva o fortalecimento de políticas educacionais, a criação de mecanismos de suporte emocional, financeiro e logístico, além de ações afirmativas que reconheçam e valorizem a diversidade das nossas trajetórias acadêmicas. Mais do que ampliar vagas, é necessário construir um ambiente universitário que seja, de fato, inclusivo, capaz de acolher e sustentar sonhos e desejos sem que estes tenham de ser constantemente negociados com o peso das desigualdades estruturais e do fantasma da culpa.

As narrativas das mulheres-mães-estudantes do Curso de Pedagogia do CAA indicam a importância de serem ouvidas, em vista das suas demandas, que têm especificidades e potencialidades também. A presença majoritária das mulheres revela essa resistência e contribuições ao campo da educação. As suas/nossas narrativas têm contribuições, sobretudo, de discussões de gênero, numa perspectiva interseccional, para a revisão de políticas públicas de equidade de gênero na Universidade e do patriarcado estrutural.

Este trabalho não se encerra em si, propondo o convite à reflexão e ao compromisso coletivo para que o ensino superior no Brasil, especialmente no interior, possa ser não apenas um espaço de formação acadêmica, mas também de transformação social, equidade e garantia

de direitos. E aqui rememorei o início e minha relevância pessoal, que se ancorou nas contribuições de Santos (2017). Afirmo, que é apenas o começo dessa viagem!

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, F.L Determinismo Biológico e Questões de Gênero no contexto do ensino de
- ASSUNÇÃO, Maria Leylane Morais de. *O poder de persistência de mulheres-mães e universitárias no cursar Pedagogia na UFPE-CAA: como flores de cacto em meio à seca a desabrochar*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Centro Acadêmico do Agreste, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/42741>.
- Biologia: Representações e práticas de Docentes do Ensino Médio. Tese de Mestrado. UFB. Salvador BA, 2011.
- AINPGP – Associação Internacional de Pesquisa na Graduação em Pedagogia. *Maternidade & Universidade: acesso e permanência de mulheres-mães-estudantes mães no ensino superior*. E-book. 15 nov. 2023. Disponível em: <https://ainpgp.org/publicacoes/maternidade-universidade-acesso-e-permanencia-de-mulheres-mães-estudantes -maes-no-ensino-superior/>.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2018.
- BRASIL. Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024. Dispõe sobre a mudança na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. Diário Oficial da União: Seção 1, página nº 3, Brasília, DF, 26 set. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114986.htm.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm.
- BARBOSA, D. A. da R. (ORG.). *Mães na universidade: desafios e potencialidades da maternidade no ensino superior*. Curitiba: Appris, 2018.
- BADINTER, E. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BELTRÃO, Kaizô I. *Maternidade e carreira acadêmica: conciliação possível?* Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 46, n. 161, p. 208-233, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/YB8szFb8YzNcXf7Ttyh5yLg>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CORREIA, Isabelle Ferreira. *Universitárias mães: desafios e resistências no ensino superior*. Recife: EdUFPE, 2024.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. *Narrative inquiry: experience and story in qualitative research*. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.

Clandinin, D. Jean, and F. Michael Connelly. *Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa*. Uberlândia, Brasil, 2011.

DA SILVA, Jeane Santana et al. A maternidade na trajetória universitária: desafios percorridos pelas discentes da Universidade Federal do Maranhão UFMA campus VII Codó. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 7, p. 42538- 42550, 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DA ROSA, Daniela Aparecida. *Mães universitárias: desafios e potências da maternidade no espaço acadêmico*. In: BARBOSA, D. A. da R. (Org.). *Mães na universidade: desafios e potencialidades da maternidade no ensino superior*. Curitiba: Appris, 2018. p. 65-84.

ESTEVES, L. M.; MENANDRO, P. R. M. *Ser mãe e ser universitária: desafios, recursos e significados*. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 14-23, 2005.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução de Coletivo Sycorax. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2017.

GOMES, Ana Paula da Silva. *Mulheres na universidade: um estudo sobre maternidade e trajetória acadêmica*. Fortaleza: EdUECE, 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, p. 595-609, 2007.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2019.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90–113.

LEMOS, Kelly de. *As construções sociais sobre o gênero feminino e sua relação com a maternidade compulsória*. 2022. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – UFPE, Caruaru, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/44716>.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUCENA, Ingrid Rafaelle da Rocha. *A conciliação entre maternidade-estudo-trabalho: reflexões sobre os desafios enfrentados pelas mães discentes no contexto universitário*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Centro Acadêmico do Agreste, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, out. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/53372>.

MATOS, Marlise. *O feminismo e o desafio da política*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MIRANDA, Tatiana Lima de. *Educação superior e gênero: uma análise da permanência de mulheres na universidade*. Brasília: Liber Livro, 2011.

MOURA, Rayanne Alves de. A travessia das mulheres-mulheres-mães-estudantes -mães da Universidade Federal de Pernambuco - Campus Acadêmico do Agreste. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2023.

PAULA, M. F. As políticas de democratização: do acesso ao ensino superior do governo Lula. *Revista Advir*, nº 23, 2009.

RIBEIRO, Ana Paula. *Maternidade e relações de gênero: práticas e representações*. São Paulo: Cortez, 2017.

SCAVONE, L.A. A Maternidade e o Feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Páger*. Pg. 137-150-2001. Pdf.

SANTANA, Sandra; BENEVENTO, Maria Cecília. *Universitárias mães: desafios da conciliação entre maternidade e vida acadêmica*. *Revista Gênero e Interdisciplinaridade*, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 45-58, 2013.

SANTOS, Maria do Carmo Gonçalves. **As Representações sociais de gênero das professoras sobre o magistério: feminização-feminilização do campo socioprofissional**. 2004. Tese de Doutorado. Master's thesis, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brazil.

SANTOS, Maria do Carmo Gonçalves. *As contribuições do currículo da formação para a prática pedagógica docente com gênero e sexualidade na educação básica*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

Santos, Maria do Carmo Gonçalves. "O empoderamento das mulheres-professoras no espaço da educação através da feminização-feminilização do magistério." *Revista Educação, Cultura e Sociedade* 7.1 (2017).

SANTOS, Daiany de Oliveira. A Presença de mulheres e homens nos cursos de Pedagogia e nos cursos de mestrados em Educação de Pernambuco: movimentos de presença, ausência e hierarquias em (des)compassos com a ideia da feminilização da educação. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2025.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1991. (Publicado originalmente em 1986.)

SCOTT, Joan W. *História das mulheres*. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1998.

STEIL, A. V. Organizações, gênero e posição hierárquica – compreendendo o fenômeno do

teto de vidro. **Revista de Administração**, São Paulo, 32(3), 62-69, 1997.

SILVA, Maria das Dores da; JORGE, Eliane Gonçalves; FERREIRA, Mariana Oliveira. *Maternidade e papel social: análise da reprodução dos estereótipos de gênero na infância*. Revista Brasileira de Educação, v. 25, n. 82, p. 1-18, 2020.

SOUZA, L. C. de; FONSECA, A. M. da. *Mulheres na educação superior: conquistas e desafios*. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-998, out./dez. 2010.

TEIXEIRA, Carla da Silva. *Mães mulheres-mães-estudantes: políticas públicas e experiências no ensino superior*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Pesquisa investiga desafios e mecanismos de suporte à maternidade no ambiente universitário. *Ascom UFPE*, Recife. Disponível em: https://www.ufpe.br/inicio/-/asset_publisher/55e3vpMwmIA2/content/pesquisa-investiga-desafios-e-mecanismos-de-suporte-a-maternidade-no-ambiente-universitario/40615.

ANEXOS

Roteiro de Entrevista Narrativa

1. Início da narrativa

- Gostaria que você me contasse um pouco da sua trajetória até aqui: como foi seu caminho até ingressar no curso de Pedagogia sendo mãe?

2. Vivência da maternidade no contexto acadêmico

- Como você descreveria a experiência de conciliar a vida acadêmica com a maternidade?
- Em que momentos você sentiu que ser mãe foi um obstáculo na sua vida universitária?

3. Apoio e rede de suporte

- Durante sua caminhada acadêmica, você se sentiu apoiada pela universidade? Por colegas? Pela família?
- Já teve acesso ou conhecimento sobre políticas institucionais voltadas para mães universitárias? Como foi essa experiência?

4. Desafios e estratégias

- Quais foram os principais desafios que você enfrentou durante o curso?
- Você já pensou em desistir do curso? O que te fez continuar?

5. Potencialidades e conquistas

- Quais conquistas você reconhece em sua trajetória até aqui, sendo mãe e estudante?
- O que mais te orgulha na sua jornada universitária?

Fernanda Tyelle Silva

“MATERNIDADE/MATERNANÇA NO ENSINO SUPERIOR: Desafios e potencialidades do cotidiano das mulheres-mães-estudantes do curso de Pedagogia do Campus do Agreste”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em PEDAGOGIA do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, na modalidade monografia como requisito parcial para a obtenção do título de LICENCIADO(A) EM PEDAGOGIA.

Aprovado(a) em: 15/08/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria do Carmo Gonçalo Santos

Orientador(a) - CAA/UFPE

Prof^ª. Dra. Ana Maria Tavares Duarte Examinador(a)

interno(a) - CAA/UFPE

Prof^ª. Dr^ª Ana Maria de Barros Examinador(a)

interno(a) - CAA/UFPE